
Dos fins da política e da religião: o pensamento anchietano e sua apropriação pelo regime militar

*Eliane Cristina Deckmann Fleck**

Resumo: Desde a morte de Pe. José de Anchieta, em 1597, biógrafos e historiadores têm procurado ressaltar a importância desse missionário jesuíta na formação religiosa e moral do povo brasileiro. As motivações para a instituição, em 1965, do “Dia de Anchieta”, no entanto, constitui tema ainda não abordado pela historiografia, o que justifica uma incursão analítica em discursos e conferências que fundamentaram o processo de sua instituição e que se encontram reunidos na *Coletânea Anchieta*. As estratégias discursivas perceptíveis tanto no processo de construção de uma “memória” sobre Anchieta, através do incremento da produção de biografias, como na apropriação do pensamento anchietano sobre os fins da política e da religião pelo regime militar são o tema deste artigo.

Palavras-chave: Anchieta, regime militar, memória.

Abstract: Since the death of José of Anchieta, in 1597, biographers and historians have been outstanding the importance of this Jesuit missionary for the devotional and ethic formation of Brazilian folk. The motivations for the institution, in 1965, of “Anchieta’s Day”, remains a not attended subject by historiography, what justifies an analytic incursion in the speeches and lectures that grounded the process of his institution and meet gathered in the *Collectanea Anchieta*. The discursive strategies visible so much in the constructional process of a “memory” about Anchieta through the increment of the production of biographies, as in the appropriation of anchietan thought about the purposes of politics and religion by the military government are the subject-matter of this article.

Key words: Anchieta, military government, memory.

* Licenciada e Mestre em História pela Unisinos. Doutora em História da América pela PUCRS. Professora no Programa de Pós-Graduação em História Latino-Americana da Unisinos.
E-mail: ecdfleck@terra.com.br

Em nome de um Deus único, presente e militarizado

Muito já se escreveu e falou sobre o Padre Jesuíta José de Anchieta. Desde a sua morte, em 1597, até os dias atuais, muitas obras foram publicadas e conferências foram realizadas com o intuito de ressaltar a importância desse missionário na formação religiosa e moral do povo brasileiro.

O Padre Jesuíta José de Anchieta deixou Portugal aos 19 anos, numa expedição que partiu para o Brasil em 1553. Doente, seguiu a recomendação de buscar os ares saudáveis da América, onde permaneceu por mais de quarenta e quatro anos. Foi um escritor prolixo, entre tratados, relatos, cartas, poesias e autos teatrais, produziu uma documentação rica em possibilidades para a pesquisa histórica. Em seus escritos figuram descrições sobre a natureza americana, sobre seus habitantes e, especialmente, sobre as condições adversas impostas por um território que urgia ser povoado, cristianizado e incorporado ao projeto expansionista português.

Embora a catequese e o comportamento dos índios tenham sido as preocupações centrais de Anchieta, também a conduta moral e religiosa dos colonos assumiu importância em seus sermões, cartas e demais trabalhos, nos quais destacava a missão providencialista da qual estava imbuído e a legitimidade do uso da força contra os infiéis ou hereges que comprometiam o sucesso da empresa da conversão. As concepções política e religiosa medievais – que facultava o uso da força contra os infiéis – desfrutava de pleno consenso no pensamento anchietano, o que fica evidenciado na percepção de que Deus intervinha e agia em favor dos interesses católicos.

O pensamento anchietano, assim como o medieval, não via fronteira nítida entre os fins da política e os da religião, aproximava e estabelecia o diálogo entre o mundano e o espiritual, subordinando o primeiro ao último. Anchieta vivia e agia em nome de um Deus único, presente, militarizado, enfim, era um missionário que direcionava a guerra e o governo para Deus.

Personagens pervertedores e diabólicos são constantes nos Autos anchietanos, nos quais é exposta uma bipolaridade maniqueísta: os inimigos são os demônios que encarnam o pecado, os costumes antigos e os vícios, enquanto Deus é apresentado como aliado e amigo. Por decorrência, o missionário é percebido por Anchieta como instrumento da ação do Senhor que “por sua misericórdia e bondade infinita quer seduzir algumas ovelhas perdidas ao rebanho de sua Igreja e isto não

com pequeno trabalho que com eles temos, predicando-lhes continuamente e trazendo-os por quantas vias podemos”. (ANCHIETA apud LEITE, 1957, p. 313).

As biografias produzidas sobre Pe. José de Anchieta nos séculos XVI, XVII e XVIII são muito semelhantes em sua forma narrativa. Seguindo uma ordem cronológica, os autores simplesmente expõem fatos relevantes da vida do biografado sem se preocupar em analisar sua atuação dentro de uma estrutura histórica mais ampla. Como exemplo desse tipo de narrativa, podemos citar as biografias produzidas pelos Padres Quirício Caxa, Pero Rodrigues e Simão de Vasconcelos.

No século XVIII e início do século XIX, constata-se a ausência de produções e publicações sobre a vida de Anchieta, decorrente, em grande medida, da expulsão dos jesuítas, ocorrida em 1759, durante a administração pombalina. No século XIX, já é perceptível a preocupação em empregar um método científico mais rigoroso na produção historiográfica, o que se refletirá nas narrativas que incorporarão minuciosos estudos documentais. Essa é a preocupação, por exemplo, do Pe. Hélio Abranches Viotti ao escrever *Anchieta: o apóstolo do Brasil*.

Em fins do século XIX e início do século XX percebe-se uma significativa mudança: Pe. Anchieta começa a ser destacado por desempenhar um importante papel na formação da identidade nacional brasileira. Desde meados do século XIX predominava o discurso de que os missionários jesuítas, por terem desempenhado um importante papel na tarefa civilizadora, contribuíram de forma decisiva para a formação da nação brasileira. Daí a ênfase dada à vida e à obra de Anchieta nesse período. Na perspectiva de difundir a construção da idéia de nação, o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) abriu espaço às biografias, consideradas importantes por fornecerem exemplos às gerações vindouras e valiosas por contribuírem para a construção da galeria dos heróis nacionais. As comemorações de centenários, especialmente de fatos relevantes da nossa história ou do nascimento e morte de “heróis nacionais” passam a ser também comuns a partir de então.

Em relação às biografias produzidas no século XX, principalmente aquelas que foram produto do Concurso Literário promovido pela Comissão Nacional das Comemorações do “Dia de Anchieta”, constata-se que os autores reforçam a religiosidade e a moralidade em Anchieta. A ênfase dada a esses aspectos pode ser compreendida quando analisamos o contexto histórico dessa produção. O medo do comunismo levava milhares de pessoas à rua, que, em defesa da religião e da integridade da família, apoiavam e legitimavam o golpe militar.

Apelando para a importância da religião cristã na sociedade brasileira, os grupos mais conservadores se valeram especialmente da mídia impressa para forjar certa idéia de comunismo. A religião será utilizada como um instrumento de combate ao comunismo, e os símbolos religiosos vão ser resgatados, e dentre eles, Anchieta, o maior exemplo de santidade do Brasil, resultando em inúmeras publicações ou reedições de suas biografias.

As muitas biografias de um missionário

Quirício Caxa foi o autor da primeira biografia de Anchieta intitulada *Breve relação da vida e morte do Padre José de Anchieta* produzida logo após a sua morte em 9 de junho de 1597, mais especificamente, no ano de 1598. Incumbiu-o dessa tarefa o Pe. Pero Rodrigues, provincial de então, ciente da importância de Anchieta no trabalho de missão realizado no Brasil. Serafim Leite, referindo-se a Caxa no prefácio da obra *Páginas de História do Brasil*, publicada em 1937, afirma que a “Breve Relação” que nos legou “é utilíssima para fixar o processo de santidade de Anchieta” e que ele “dirigia-se aos de sua ordem para que com o exemplo do grande morto procuremos ser fiéis a Deus e verdadeiros filhos da Companhia”. (LEITE, 1937).

Da “Breve Relação” existem três cópias manuscritas que se encontram na Biblioteca do Porto, na Biblioteca da Ajuda e outra no Arquivo Romano da Companhia de Jesus. Serafim Leite publica pela primeira vez essa biografia em 1934. Na obra *Páginas de História do Brasil*, Leite reproduz a biografia editada em 1934 em homenagem ao quarto centenário de nascimento do Pe. Anchieta. No prefácio dessa obra, podemos ler: “Dado o valor intrínseco deste precioso documento resolvemos publicá-lo. Será também a nossa homenagem a Anchieta neste quarto centenário do seu nascimento. Cremos que não nos fica mal recordar esta data, tão celebrada no Brasil.” (LEITE, 1937).

Além das edições publicadas por Serafim Leite existem outras publicações posteriores. A oitava edição, que é parte de uma coleção conhecida como *Monumenta Anchieta: obras completas do Pe. José de Anchieta* foi recomendada pelo Papa Paulo VI por ocasião da instituição do “Dia de Anchieta”, em 9 de junho de 1965. Em discurso proferido por Julio de Mesquita Filho, na abertura das Conferências realizadas nessa ocasião, podemos ler:

Quando da chegada do padre Molinari, soube por ele a Comissão que, S. S. o Papa Paulo VI lhe lembrara que, para maior relevo do Ano Anchietano, seria interessante assinalá-lo com a edição das obras completas do suave apóstolo do Brasil. Dando a atenção devida a tão feliz sugestão, deliberamos entrar em contacto com a Universidade de São Paulo, instituição que nos parecia a todos nós ser, pela sua própria natureza, a mais indicada para levar a bom termo o desejo do Sumo Pontífice. Não seria necessário dizer que foi com grande satisfação que o Magnífico Reitor do nosso principal instituto de ensino superior se colocou incondicionalmente à disposição dos que o procuraram, tomando desde logo as providências necessárias para que ainda neste ano seja oferecida ao mundo culto a edição das obras completas do patrono da nacionalidade brasileira. (ANCHIETANA, 1965, p. 7).

Essa edição, segundo o Pe. Hélio Abranches Viotti, S. J., tem como base a cópia existente no Arquivo Romano da Companhia de Jesus que foi levada para a Europa pelo Pe. Fernão Cardim no ano de 1600. Poucos anos depois da produção da primeira notícia biográfica sobre Anchieta, o próprio Pe. Pero Rodrigues, a pedido do então Provincial do Brasil, Fernão Cardim, se dedica à tarefa de escrever uma biografia sobre o jesuíta. Produzida no início do século XVII, serviu de fundamento a muitas outras biografias publicadas na Europa, ao longo do mesmo século.

No Brasil, a biografia escrita por Pero Rodrigues foi publicada pela primeira vez em 1955, pela Livraria Progresso Editora da Bahia. Para fins de levantamento representativo das biografias produzidas sobre o Pe. José de Anchieta, S. J., utilizamos a segunda edição que faz parte da mesma coleção que a “*Breve Relação*” de Caxa – *Monumenta Anchieta: obras completas do Pe. José de Anchieta*. Para essa edição, segundo o Pe. Hélio Abranches Viotti, S. J., serviu como base principal o manuscrito de Lisboa. Além dessa, existem outras duas cópias, uma em Évora e outra, ainda, no Arquivo da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

A *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*, escrita pelo Pe. Pero Rodrigues encontra-se organizada em quatro livros. A primeira parte, ou Livro Primeiro, trata da vida do Pe. Anchieta. Serve de base fundamental a essa primeira parte a biografia escrita por Quirício Caxa. Por vezes, temos a impressão de estar lendo a mesma obra, apesar de a narrativa de Pero Rodrigues ser um pouco mais densa ou detalhada. No Livro Segundo, o Pe. Rodrigues apresenta as virtudes do Pe. José de Anchieta. Esse livro possui, também, uma proximidade muito grande

com o décimo segundo capítulo da notícia biográfica de Caxa, intitulado *De algumas virtudes que mais se enxergam no Padre José*. Rodrigues, no entanto, amplia a importância dessas virtudes, apresentando uma série de exemplos práticos.

Em relação às biografias produzidas no século XVII, destacamos a obra do Pe. Simão de Vasconcelos já referida anteriormente. A biografia produzida por esse autor pertence à série de biografias de Anchieta, publicadas na Europa, a partir da obra de Pero Rodrigues. A primeira edição da *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, de Simão de Vasconcelos, foi impressa em Lisboa, no ano de 1672. A segunda edição foi publicada em 1943, no Rio de Janeiro, pela Imprensa Nacional.

Vida do venerável Padre José de Anchieta encontra-se dividida em dois volumes: o primeiro formado por três livros, e o segundo, por quatro livros. Assim como Quirício Caxa e Pero Rodrigues, Vasconcelos segue uma ordem cronológica na exposição dos fatos relativos à vida do seu biografado. Introduz cada um dos livros situando-o cronologicamente. Impressiona na obra de Vasconcelos o detalhismo da narrativa como evidenciado no Livro Segundo, no qual o autor descreve minuciosamente as diversas batalhas entre tamoiós e tupis que resultaram na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Além dessa particularidade da narrativa, a leitura dessa obra nos causa a impressão de que nenhum fato ocorre naturalmente, tudo é relegado a um plano divino, estando envolto numa aura mística. O Anchieta apóstolo cede lugar a um Anchieta profeta e operador de maravilhas. Enquanto Pero Rodrigues dedica dois livros de sua obra às profecias e milagres realizados em vida por Anchieta, a obra de Vasconcelos, diferentemente, está repleta de fenômenos sobrenaturais que acompanham toda a trajetória de Anchieta e não cessam com a sua morte.

Simão de Vasconcelos não encerra sua narrativa com a morte de Anchieta. O Livro Sexto é todo dedicado à exposição de milagres operados através do contato com alguma relíquia do missionário jesuíta. Sobre as fontes documentais utilizadas na elaboração desse livro, o autor informa:

Tudo o que disser, será tirado de processos autênticos, ou dos que foram originados por ordem na santa sede apostólica, em ordem à sua canonização, ou doutros processados nos tribunais dos bispos e ordinários. (VASCONCELOS, 1943, p. 153).

Essa imprecisão ou ausência na referência das fontes documentais é evidente em toda a obra de Vasconcelos. Seu objetivo, talvez, não tenha sido o de produzir uma obra histórica, mas o de contribuir no andamento do

processo de beatificação e canonização solicitado à Santa Sé por jesuítas da Bahia no ano de 1617. Somente em 1736, no entanto, a Santa Sé, por decreto do Papa Clemente XII, concede a Anchieta o título de Venerável, o primeiro passo para sua beatificação.

As obras que destacamos não apresentam muitas distinções, já que os autores não fazem muito mais do que reproduzir biografias anteriores. O discurso apologético, no entanto, é muito mais evidente na obra de Simão de Vasconcelos, o que pode ser justificado pela intenção que o autor tinha ao redigir sua obra que era a de contribuir para o processo de canonização de Anchieta.

O levantamento bibliográfico preliminar das biografias de Anchieta nos fez constatar uma ausência de produções ou publicações brasileiras nos séculos XVIII e XIX. Possivelmente essa ausência esteja relacionada a uma das medidas efetivadas pela administração pombalina no Brasil: a expulsão dos jesuítas no ano de 1759. A ausência de produções biográficas nesse período pode ser também explicada pelo redirecionamento das publicações dos missionários jesuítas exilados e que se caracterizaram, sobretudo, pela defesa da América e da atuação da Companhia de Jesus entre os indígenas americanos.

A única biografia desse período da qual temos conhecimento é intitulada *Vida do venerável Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*, produzida por Charles Sainte-Foy. A primeira edição em português é publicada em São Paulo, pela Editora Jorge Seckler, no ano de 1878. No prefácio, o autor francês justifica a produção de sua obra, chamando a atenção para aqueles que consideram a Companhia de Jesus uma ordem religiosa dedicada somente às missões, à pregação e ao magistério, sem considerar a importância da contemplação e da santidade para os membros dessa ordem. Com o intuito de preencher essa lacuna, Sainte-Foy escreve uma biografia de Anchieta, justificando que era um “homem incomparável que soube tão bem unir a vida mais activa á mais sublime contemplação, e cuja longa carreira é um tecido de continua oração e milagres que, há menos de três séculos, nos fazem lembrar os maiores thaumaturgos dos primitivos tempos da Igreja”. (SAINTE-FOY, 1978, p. 11).

Pouco difere, no entanto, essa biografia daquelas que já relacionamos. Podemos considerá-la menos apologética do que a obra de Vasconcelos, observando, no entanto, a mesma forma narrativa e desenvolvimento linear na apresentação dos fatos importantes relativos à vida de Anchieta. Essa obra, contudo, torna-se valiosa para nossa investigação por apresentar

encartado na edição o Decreto de Beatificação e Canonização do Venerável Servo de Deus, José de Anchieta, sacerdote e religioso professo da Companhia de Jesus:

Aos trinta e um de Julho do corrente anno de 1736, em presença de Nosso Sancto Padre o Papa Clemente XII, teve logar a Congregação Geral dos Ritos na qual o Reverendíssimo Senhor Cardeal Imperiali propoz a causa de beatificação e de canonização do Venerável Servo de Deus, o P. José Anchieta, religioso professo da Companhia de Jesus. Nesta Congregação se propoz o seguinte quesito. “Se consta das virtudes theologaes e cardeaes do Venerável Servo de Deus, no caso e para o effeito de que se tracta”. Sua Sanctidade, depois de ouvir os votos dos Consultores e Reverendissimos Senhores Cardeaes, julgou que era melhor, segundo o costume, differir a solução da presente duvida, e invocar primeiro, tanto com suas supplicas como com as dos outros, o especial auxilio do Pae das Luzes. Depois do que, chamando Sua Sanctidade, neste dia, consagrado a S. Lourenço, ao Reverendo Padre Luiz de Valentibus, Promotor da fé, e a mim, Secretário abaixo assignado, ordenou que se desse resposta affirmativa à dúvida proposta, e que se declarasse:

Constar das virtudes do Venerável Servo de Deus, José Anchieta, em grao heróico, no caso e para o effeito de que se tracta, tanto das Virtudes theologaes a saber: fé, esperança e caridade; como das cardeaes, prudência, justiça, fortaleza e temperança.

Passado a 10 de Agosto de 1736

A. F. Cord. Zondadari, Pref.

T. Patriarcha de Jerusalém

Secretário da Sagrada Congregação dos Ritos. (SAINTE-FOY, 1878).

Esse decreto resultou de processo que se iniciou no começo do século XVII a partir da solicitação de beatificação e canonização encaminhada pelos padres jesuítas da Bahia à Santa Sé. Mais adiante, no século XX, ocorrerá uma intensificação desse movimento, culminando na instituição do “Dia de Anchieta”, em 9 de junho de 1965.

A versão para o português da obra de Sainte-Foy é dedicada ao então Bispo de São Paulo, D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. Na dedicatória, escrita por um tradutor anônimo, podemos ler:

A subida veneração que V. E. R. professa ao inclyto Apostolo do Brasil, o Venerável P. JOSÉ ANCHIETA, da Companhia de Jesus, e o ardente desejo que tem de ver concluída a causa de beatificação desse benemérito Servo de Deus; animaram-me a dedicar a V. E. R. esta vida do mesmo Venerável Anchieta, composta em francez por Mr. Sainte-Foy, e por mim vertida em portuguez. (SAINTE-FOY, 1878, Dedicatória).

Continuando, o tradutor ressalta que seu “fim único ao fazer esta traducção foi avivar em meus conterrâneos a memória de nosso Apostolo, cujas virtudes já foram, por decreto da S. Igreja, qualificadas de heróicas; e ao mesmo tempo despertar n’elles o reconhecimento e veneração que todos os brasileiros lhe devemos”. (SAINTE-FOY, 1878, Dedicatória).

Se a publicação das primeiras biografias, mais especificamente das biografias produzidas por Quirício Caxa e por Pero Rodrigues, tinha como principal objetivo resgatar a vida do jesuíta Anchieta para que essa servisse de exemplo a outros membros da Companhia, as produções e publicações posteriores evidenciam um especial interesse na divulgação das profecias e milagres realizados por Anchieta com fins de sua beatificação e canonização.

De todas as biografias produzidas no século XX, acreditamos que merece ser destacada a obra do Pe. Hélio Abranches Viotti, S. J., intitulada *Anchieta: o apóstolo do Brasil*, premiada com o primeiro lugar no Concurso Literário promovido pela Comissão Nacional das Comemorações do Dia de Anchieta, instituído em 1965. Essa biografia diferencia-se das anteriores pelo emprego de um rigoroso método científico e pela vasta documentação em que se apóia o Pe. Viotti. Tudo o que escreve é fruto de um minucioso estudo documental, e as fontes utilizadas são constantemente referidas ao longo de seu trabalho. As apologias, por exemplo, dão lugar a uma descrição dos depoimentos prestados nos processos, realizados entre 1602 e 1628, para a beatificação do Apóstolo do Brasil. Sua intenção com a produção dessa obra fica evidenciada no prólogo da segunda edição:

Divergimos de seus biógrafos antigos, [...] procurando oferecer, a propósito desses fatos miraculosos, que de quando em quando afloram na nossa narrativa, os elementos humanos de credibilidade. [...] Queremos crer que, desta nossa tentativa, surja um Anchieta mais humano e mais ligado historicamente aos empolgantes sucessos da formação cristã da nacionalidade brasileira. (VIOTTI, 1980, p. 7).

Ressaltando suas posições teóricas e o rigor metodológico empregado em sua investigação sobre a vida de Anchieta, o Pe. Viotti afirmou:

As filosofias materialistas mutilam completamente a explicação histórica do progresso humano, ao reduzir seus fatores todos – naturalmente correlativos à complexidade de nossa natureza – ao fator econômico exclusivamente. A verdade é que a própria prosperidade econômica depende também de fatores de ordem moral. O desenvolvimento do Brasil nesse primeiro século está claramente vinculado ao seu progresso moral. E este, não menos claramente, ao influxo religioso. (VIOTTI, 1980, p. 15).

Dentro dessa perspectiva moralizante, Pe. Viotti analisa a atuação da Companhia de Jesus e, mais especificamente, de Anchieta num momento em que estavam presentes os acontecimentos que levaram ao golpe de 64. Com o golpe saíram vitoriosas as forças da direita que se mobilizaram contra o governo nacional-reformista de João Goulart. É preciso, também, considerar nesse contexto o papel desempenhado pelas mulheres que mobilizaram as classes médias contra o perigo da possibilidade de instauração do regime comunista no Brasil.

Conclamadas “para a ação política a partir de sua religiosidade, do seu moralismo e do seu medo de desagregação da família pelo ‘Estado totalitário’” (SIMÕES, 1985, p. 53), as mulheres contribuíam para reafirmar a importância da moral e da religião numa situação em que a sociedade estava polarizada entre os que apoiavam o golpe e a sua oposição.

Ainda em relação a essa obra, merece ser destacado o último capítulo em que o autor faz um estudo exaustivo, dedicando-se a investigar o paradeiro das relíquias do Padre Anchieta. Considerando que uma das realizações da Comissão Nacional das Comemorações do Dia de Anchieta foi o traslado de uma dessas relíquias ao Brasil. Transcrevemos o trecho no qual o Pe. Viotti se refere a esse fato:

Para Roma, por ordem de Cláudio Acquaviva, seguiu em 1609, quiçá no ano seguinte, um dos fêmures, até há pouco ali existentes na Cúria Generalícia dos jesuítas, e que nos foi restituído ao Brasil, devendo guardar-se no Monumento Histórico da Fundação de São Paulo, no Pátio do Colégio. (VIOTTI, 1980, p. 277).

Além do Pe. Viotti, outros autores também se ocuparam desse tema durante o século XX, como Álvaro do Amaral. Sua obra: *O Padre José de*

Anchieta e a fundação de São Paulo, foi premiada pela comissão para as Comemorações do Dia de Anchieta, no ano de 1966. Um dos membros da Segunda Comissão foi o Pe. Hélio Abranches Viotti, S. J., que inclusive assina o prefácio da obra de Álvaro do Amaral.

Na introdução de sua obra, Álvaro do Amaral refere-se à instituição do Dia de Anchieta pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como um “momento de inspiração do mais puro patriotismo”. Também faz referências ao discurso proferido por Julio de Mesquita Filho na abertura das conferências realizadas em 1965, e ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Agnello Rossi, que, em missa proferida no Pátio do Colégio, em 9 de junho de 1965, fez uma oração, reproduzida em parte por Amaral:

Bem agiu, portanto, o Exmo. Presidente Humberto Castelo Branco, num ato de fidelidade e de reconhecimento das nossas mais belas tradições cristãs, instituindo o “Dia de Anchieta” para que o povo brasileiro retempere no ideal cristão suas energias e pela meditação das virtudes do ínclito sacerdote e bandeirante procure imitar seus exemplos e multiplique suas preces a Deus para que possamos, quanto antes, venerá-lo em nossos altares como o Santo Símbolo de Nossa Nacionalidade. (AMARAL, 1971, p. 8).

A obra de Álvaro do Amaral é, portanto, mais uma contribuição ao resgate da vida e da obra de Anchieta no contexto da implantação do regime militar no Brasil:

[...] com a intenção de chamar a atenção dos paulistas e de todos os brasileiros em geral, para aquele que é o Taumaturgo que continua a velar pela felicidade da nossa Pátria, solicitando ao bom Deus que apresse a sua Canonização com a qual, estamos certos, maiores serão as bênçãos que ele fará espargir sobre a sua Terra, sobre a sua Pátria. (AMARAL, 1971, p. 8).

Resgatar a memória de Anchieta e assegurar seu importante papel e contribuição parece ter sido o intuito principal do autor com essa obra.

Nas próprias palavras de Álvaro do Amaral:

Desde 1954, quando se comemorou o IV Centenário da nossa cidade, vêm os paulistanos assistindo a uma estranha disputa, entre entendidos em História, pelos postos-chave da Fundação. No seu pendor sentimentalista, a nossa gente gostava de ver no Irmão José, adolescente e suave taumaturgo, mestre e poeta, a figura central do nascente burgo jesuítico. Popularmente, não era possível separar de São Paulo o nome de Anchieta, o “Apóstolo do Novo Mundo”. Entretanto, conseguiram os estudiosos desviar essa mística fumarada de incenso votivo para a imagem do vice-provincial Manuel da Nóbrega. Mais tarde, esclareceram que o celebrante da missa de 25 de janeiro foi o Padre Manuel de Paiva. E agora, assentaram que o primeiro mestre-escola do Colégio de Piratininga foi o Reverendo Antônio Rodrigues. De sorte que José de Anchieta vai recuando, recuando, envolto numa névoa opaca, para um obscuro recanto da Verdade Histórica. (AMARAL, 1971, p. 8).

O autor continua referindo-se a fatos ocorridos por ocasião do IV Centenário, manifestando sua contrariedade em relação ao encaminhamento dado às discussões em algumas sessões e aplaudindo a iniciativa de Castelo Branco em propor a instituição do “Dia de Anchieta”:

Convidado por estrangeiros, um representante da “brava gente lusitana”, traindo a fidalguia dos verdadeiros representantes da nossa Mãe-Pátria, timbrou em obscurecer a posição de José de Anchieta naquele magno acontecimento, para enaltecer alguns portugueses em detrimento daquele verdadeiro ídolo de nós brasileiros. (AMARAL, 1971, p. 14).

Parece-nos que a questão da moral, de uma forma ou outra, perpassa toda a produção biográfica sobre Anchieta, sendo enfatizada, especialmente, nas obras produzidas durante o século XX. Anchieta, visto como expoente máximo dessa moral, já não é tido unicamente como um exemplo para os Irmãos da Companhia, mas também, e, principalmente, para toda a população brasileira.

A importância dessa figura no imaginário nacional foi resgatada e apropriada pelos militares para a solidificação dos laços com uma importante parcela da população brasileira que foi às ruas protestar contra a direção esquerdista que tomava o governo de Jango e que deu legitimidade ao golpe. Especialmente na visão das mulheres que atuaram, a partir de 1962, no

cenário político nacional, o que estava em jogo era o bem-estar de suas famílias, ameaçadas pelo ateísmo associado ao regime comunista.

Cabe lembrar que, ao assumirem o poder, os militares reafirmaram a importância da família, da religião e da moral. Portanto, ninguém melhor de Pe. Anchieta para ser apresentado como exemplo desses valores. Coerente com esse objetivo, foi promovida a divulgação de obras de caráter mais “didático”, ou seja, obras que tinham por alvo um público mais amplo e que estavam associadas à divulgação do nome e das obras de Pe. Anchieta patrocinadas pela Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”. A comissão não poupou esforços no sentido de levar o nome do Pe. José de Anchieta a todos os recantos do Brasil, utilizando-se, para tanto, do cinema, do teatro e da literatura.

Marchas, beatificação e moralidade: Anchieta e o modelo perfeito de cristão

Também as datas comemorativas relacionadas com Pe. Anchieta se associaram ao crescente interesse – no século XX – na divulgação da vida e obra desse jesuíta e acabaram estimulando a produção de novas biografias ou a republicação de biografias produzidas em séculos anteriores.

Em 1897 é comemorado, pela primeira vez, o III Centenário da Morte do Padre José de Anchieta. Nessa ocasião, foram realizadas várias conferências públicas sobre o trabalho missionário de Anchieta e sobre seu tempo. Entre elas destacamos: *O Catolicismo, a Companhia de Jesus e a colonização no Brasil*, pelo Dr. Eduardo Prado; *São Paulo no tempo de Anchieta*, pelo Dr. Theodoro Sampaio; *Sublimidade moral de Anchieta: exposição e análise do processo da sua beatificação*, pelo Cônego Manuel Vicente da Silva, entre outras. A importância da comemoração é apresentada pelo Cônego Vicente da Silva:

Rememorar as virtudes dos mortos, lembrar os feitos humildes, mas grandiosos, a dedicação, o sacrifício, o esforço, de que encheram sua vida, em benefício da pátria, em benefício da humanidade, é dever sagrado, cujo cumprimento se torna fecundo e salutar. Nota-se que há, em nossos dias, um sentimento único a este respeito. Estão todos de acordo em fazer solemnizar os centenários dos grandes homens e das grandes descobertas. O nosso país não podia escapar a este movimento dos povos civilizados. (SILVA, 1900, p. 285).

Nem todas as conferências preparadas para a festa do III Centenário da Morte do Padre José de Anchieta, no entanto, puderam ser pronunciadas. Uma anotação anônima nas primeiras páginas do exemplar consultado esclarece ou, pelo menos, aponta para alguns indícios que podem ajudar a explicar a interrupção desse evento:

Aos dignos Irmãos e imitadores do Vel. P. Joseph de Anchieta, em a Província do Rio Grande, offerece esta recordação das festas commemorativas do centenário do Apóstolo do Brazil, em parte não realisadas, devido a acção diabólica do governo republicano, mação e positivista: um antigo aluno do Collégio da Imm. da Conceição. (AUTORANÔNIMO).

Em 1933-1934, comemorou-se o IV Centenário do Nascimento de Anchieta. A organização desse evento foi proposta e justificada pelo IHGB:

Considerando que a magnitude innegável da obra realizada durante quasi meio século pelo inclyto missionário, em prol da catechese e da civilização brasileira, colloca justamente o seu nome entre os dos mais illustres constructores da nacionalidade. Considerando que o nome da Companhia de Jesus se acha indissolvelmente ligado à História do Brasil, e, de modo tão estricto que lembrar os seus fastos e assignalar ao mesmo tempo os extraordinarios serviços que na triplice missão humanitaria, politica e social, prestaram os jesuítas ao Brasil, durante mais de dois séculos, evangelizando as tribus selvagens, salvaguardando o principio da moralidade, em face da corrupção e execrável cubiça dos colonos, alimentando a chama do patriotismo, que repelliu as missões estrangeiras, concorrendo efficazmente para a conservação da unidade e integridade da nação, e diffundindo por toda parte a cultura intellectual que preparou o surto brilhante da nossa literatura. (FLEIUSS, 1935, p. 6).

Por ocasião desse centenário de nascimento, várias conferências foram proferidas em sessões promovidas pelo IHGB, dentre as quais destacamos as seguintes: *O Apóstolo do Cristianismo no Novo Mundo*, por Teodoro Sampaio; *José de Anchieta, o santo do Brasil*, por Pedro Calmon; *O misticismo de Anchieta*, por Celso Vieira, entre outras.

Essa não foi a primeira vez que o instituto se ocupou de Anchieta e dos jesuítas. No I Congresso de História Nacional realizado em 1914, a Companhia de Jesus também foi tema de destaque. No I Congresso Internacional de História da América, promovido pelo IHGB por ocasião do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, mereceram destaque os temas relativos à atuação da Companhia de Jesus na América. Todas essas iniciativas se preocuparam em demonstrar a importância dos jesuítas e, especificamente, de Anchieta como elemento central na construção de uma identidade nacional. Uma identidade, aliás, fortemente assentada em valores religiosos e morais.

Essa imagem de Anchieta, construída a partir da segunda metade do século XIX, será resgatada pelos militares logo após o golpe de 1964, por estar carregada de um simbolismo muito grande, na medida em que apresenta Anchieta como aquele que promoveu a integração nacional através da missionação. Essa percepção fica evidenciada no posicionamento de João de Scantimburgo, um dos colaboradores na comemoração do Dia de Anchieta:

De Anchieta se pode dizer que foi o primeiro integracionista; animado pela fé, pôs a inteligência e a vontade na consecussão desse fim, e conseguiu-o. A nação brasileira começou a amoldar-se com os capitães gerais, com a vocação missionária da Casa de Bragança, mas quem lhe soprou o primeiro hábito de vida foi Anchieta, o inexausto integracionista. Trazendo para o Brasil o crucifixo como única arma, a fidelidade ao sangue de Cristo como suprema virtude, e a obediência como rija qualidade, Anchieta aproxima índios e portugueses, integrando-os na bela obra que é a nação brasileira cujo batismo foi ato de suas santas mãos. (ANCHIETANA, 1965, p. 273).

É esse Anchieta que servirá como elemento de coesão da sociedade brasileira num momento crítico da nossa história política recente. Um trecho do discurso, proferido pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no dia 9 de junho de 1965, deixa isso evidente: “Esta terra é nossa empresa, dissera Nóbrega. E ninguém melhor do que Anchieta lhe ouviu a palavra” (ANCHIETANA, 1965, p. 12), ou seja, Anchieta fez do Brasil sua empresa, uma empresa que foi dirigida a partir de uma concepção cristã.

Cabe salientar que não havia, em 1965, nenhuma data especial relacionada à Pe. Anchieta para ser comemorada, já que as grandes comemorações eram realizadas, geralmente, por ocasião dos centenários. Curiosamente, nenhuma outra comemoração teve tanta repercussão como essa de 1965. No prefácio da Coletânea Anchieta, Julio de Mesquita Filho apresenta o programa a ser desenvolvido pela Comissão Nacional convocada por Castelo Branco para as comemorações do Dia de Anchieta. Dessa comissão, presidida pelo próprio Mesquita Filho, faziam parte os senhores Dr. Aureliano Leite, Prof. Eurípides Simões de Paula, Dr. João Fernando de Almeida Prado, Dr. César Salgado, Dr. Marcio Neme e Sra. Lúcia Falkenberg.

Foram convidadas personalidades importantes da intelectualidade brasileira, assim como representantes do mundo cultural hispânico para proferirem uma série de conferências, cujo tema central foi a figura de Anchieta. Desse evento participou também um representante do Papa, o Padre Molinari, conhecedor do processo de beatificação de Anchieta. Sua presença aponta para um dos objetivos do evento, o qual foi referido por Mesquita Filho

[...] no intuito de emprestar às comemorações o caráter de uma decisiva contribuição à campanha em prol da beatificação de Anchieta dirigiu-se à Santa-Sé, rogando-lhe que indicasse um representante seu para figurar entre aqueles que estariam presentes nos festejos em organização. E foi com desvanecimento que, em resposta à solicitação, recebeu, logo a seguir, o nome do padre Molinari – o grande estudioso que no processo em curso no Vaticano desempenha o papel entre todos delicado de postulador da beatificação de José de Anchieta. (ANCHIETANA, 1965, p. 6).

Acreditamos, no entanto, não ser esse o único e mais importante objetivo desse evento. Além dessa série de conferências promovidas pela comissão, foram estimulados trabalhos na área de cinema e teatro. De acordo com Mesquita Filho,

em convênio com o setor de cinema da Universidade Nacional de Brasília, a Comissão subvencionou a realização de uma fita sobre o padre José de Anchieta a que será assegurada a mais larga divulgação, inclusive com exibições nas escolas. Em convênio com a Escola de Arte Dramática de São Paulo estabeleceu-se que a Comissão subvencionaria representações públicas de autos de Anchieta. (ANCHIETANA, 1965, p. 7).

Como já referido, foi promovido um Concurso Literário para obras sobre o Pe. José de Anchieta, sendo que a biografia escrita pelo Pe. Hélio Abranches Viotti, S. J., sagrou-se vencedora. Ainda, por sugestão do Papa Paulo VI, foi organizada uma coletânea com a obra completa de Anchieta. A essa coletânea, *Monumenta Anchieta*, pertencem as biografias escritas por Quirício Caxa e Pero Rodrigues já mencionadas. Por fim, a comissão patrocinou o traslado, de Roma para São Paulo, de uma relíquia do Padre José de Anchieta. Em nenhum momento, Julio de Mesquita Filho esclarece o propósito dessas iniciativas, a não ser quando se refere à causa da canonização. O próprio decreto é muito vago em relação aos objetivos específicos do governo com a instituição do “Dia de Anchieta”.

Deve-se, contudo, considerar que o Brasil vivia um momento delicado, uma vez que em 31 de março de 1964, o presidente João Goulart havia sido deposto por um golpe de Estado. A posição de Mesquita, em relação ao fato, se mostra evidente no discurso proferido na sessão de abertura das conferências, no dia 9 de junho de 1965, realizadas no Teatro Municipal de São Paulo:

Atravessam o País e o mundo um dos instantes mais graves da História. Dentro da grande Revolução que se processa por toda parte, vive o Brasil aquela que, sob a chefia do Exmo. Sr. Marechal Castelo Branco, nos levou à vitória de 31 de março. Se aceitou S. Excia. o encargo de conduzir a Nação ao campo em que se feriria o último embate entre a liberal democracia e aqueles que desejavam arrastá-la para a órbita dos países em que nos últimos cinquenta anos se implantaram regimes inspirados no materialismo dialético, foi porque jamais duvidou dos sentimentos profundos da nossa coletividade. É, pois, um ato de afirmação que neste instante participamos – afirmação que se traduz no propósito em que está a Revolução de permanecer fiel àquele humanismo cristão que nos legou Anchieta e que a subversão comuno-nacionalista pretendia banir da nossa comunhão. [...] Temos nós a convicção de que a luta em que nos empenhamos, integrados na humanidade cristã, contra as potências das trevas que, a toda força, pretendem apagar da terra a lembrança da civilização mediterrânea, se decidirá a nosso favor. Eles não lograrão o seu sinistro intento. A experiência de 2.000 anos vividos à sombra de Roma eterna não poderá desaparecer ante a ofensiva dos que querem substituir as leis do espírito, no seu sentido mais alto, por aqueles, que regem o universo formal da matéria. (ANCHIETANA, 1965, p. 10-11).

Os excertos extraídos do discurso proferido por Julio de Mesquita Filho apontam para um diagnóstico das intenções do governo militar com a instituição do “Dia de Anchieta”. Num primeiro momento, deve-se considerar que Mesquita Filho era proprietário do jornal *O Estado de São Paulo*, que servia de órgão de divulgação da propaganda anticomunista e anti-Goulart promovida pelas organizações patrocinadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Além disso, era irmão de Antonieta Pellegrini, presidente da entidade feminina de São Paulo conhecida como Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), um dos grupos empenhados no desgaste e, posterior deposição, do governo Goulart.

As mulheres, como já observado, desempenharam um importante papel nessa mobilização. As que se destacaram eram, geralmente, esposas ou parentes próximas de líderes do Ipes, que incentivadas e auxiliadas por seus maridos ou irmãos, organizaram sua ação política apoiadas em sua religiosidade, moralismo e medo da desagregação de suas famílias. Eudóxia Dantas, que chegou a ocupar o cargo de presidente da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), da Guanabara, era esposa do ipesiano José Bento Ribeiro Dantas. Referindo-se à motivação de sua ação política afirmou que

sentiu na carne o perigo que representava para a sua família e para a religião. E foi daí o verdadeiro impulso que nós tivemos, sentimos que nós íamos perder tudo isso. Com uma ideologia comunista, você não se pertence mais. Você pertence ao Estado. Portanto, o Estado toma conta da vida e a religião é abolida. (Apud SIMÕES, 1985, p. 53).

No início de 1964, Jango começou a instituição de reformas através de decretos, que eram anunciadas em grandes comícios. O primeiro desses comícios foi o “Comício da Central” realizado no dia 13 de março, em frente à Estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro e do qual participaram cerca de cento e cinquenta mil pessoas para ouvir a palavra de Jango e Brizola.

Nesse comício, Goulart também condenou o uso dos símbolos religiosos para a arregimentação política, afirmando que “os rosários não podem ser levantados contra a vontade do povo e suas aspirações mais legítimas”. A referência condenatória feita por Goulart ao rosário foi o pretexto para o engajamento de milhares de pessoas nas marchas, sendo que “o motivo encontrado para se mobilizar amplos setores da população contra o governo e as reformas foi um suposto ‘movimento de desagravo

ao rosário' que teria sido 'insultado' pelas palavras do presidente". (SIMÕES, 1985, p. 92-93).

Logo após o Comício da Central, a direita começou a se articular e a organizar as marchas que teriam seu maior momento de expressão com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que tomou as ruas do centro de São Paulo no dia 19, em resposta ao ato de 13 de março. Essa marcha teria sua semente num movimento protagonizado pelo Pe. americano Patrick Peyton, enviado ao Brasil pelo governo dos Estados Unidos e que deu início no Brasil à "Cruzada do Rosário em Família".

Em fevereiro de 1964, o rosário era lançado como símbolo das manifestações femininas. Inspirada nas marchas realizadas pelo Pe. Peyton, a Irmã Ana de Lurdes, freira psiquiatra do Hospital São Paulo e neta de Rui Barbosa, sugeriu a organização de um "movimento de desagravo ao rosário" para o dia 19 de março, data em que se comemora o dia de São José, padroeiro da família. Vários discursos foram proferidos em frente à Catedral, dentre os quais destacamos o do senador Pe. Calazans:

Hoje é o dia de São José, padroeiro da família, o nosso padroeiro. Fidel Castro é o padroeiro de Brizola. É o padroeiro de Jango. É o padroeiro dos comunistas. Nós somos o povo. Não somos do comício da Guanabara, estipendiado pela corrupção. Aqui estão mais de 500 mil pessoas para dizer ao presidente da República que o Brasil quer a democracia, e não o tiranismo vermelho. Vivemos a hora altamente ecumênica da Constituição. E aqui está a resposta ao plebiscito da Guanabara: Não! Não! Não! (FOLHA DE SÃO PAULO, 1964).

A multidão presente acompanhou a oração do Pai-Nosso e da Ave-Maria e ouviu atentamente as palavras da ex-secretária da Educação Carolina Ribeiro: "Temos que pedir a Deus, neste momento em que nossos corações fervem de indignação, que não caiamos na tentação da revolta, porque só a Deus compete levar-nos pelo caminho certo." (FOLHA DE SÃO PAULO, 1964).

Após março de 1964, o governo militar se empenhou em atender aos apelos fortemente assentados na religiosidade, na moral e na integridade da família brasileira feitos por diversos segmentos da sociedade. Os grupos femininos, por exemplo, que desempenharam um importante papel político no período que antecedeu o golpe, vão continuar sua "luta" pleiteando e defendendo as medidas tomadas pelo governo militar nas mais diversas áreas.

A 15 de abril de 1964, por votação indireta do Congresso Nacional, foi eleito presidente da República, o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Na sessão solene realizada no dia 9 de junho de 1965, no Teatro Municipal de São Paulo, o Marechal Castelo Branco profere um discurso, dando início à série de conferências programadas pela Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”:

Ao aceitar o honroso convite para presidir esta sessão, marco inicial das comemorações do padre José de Anchieta, quis expressar o alto aprêço do govêrno ao jesuíta cuja obra admirável de evangelização, fez dele o Apóstolo do Brasil. Esta terra é nossa empresa, dissera Nóbrega. E ninguém melhor do que Anchieta lhe ouviu a palavra. Hoje, volvidos quatro séculos, a Igreja continua a ter no Brasil largo campo de ação espiritual. Nem importa que tanto hajam mudado as condições, a começar pela separação entre o Estado e a Igreja, pois tal circunstância tem também contribuído para o aprimoramento das relações entre o temporal e o espiritual. Podemos afirmar que, graças à feliz e mútua compreensão, cada qual se conservando no seu âmbito de deveres e objetivos, suprimos graves motivos de divergências, como ocorreu no Império, evitando que o Estado intervenha na vida da Igreja, do mesmo modo que esta não sofre os prejuízos de se imiscuir nas atribuições daquele. Assim, enquanto o desenvolvimento material está, principalmente, a cargo do Estado, à Igreja cabe, sem dúvida, conquistar e aperfeiçoar os espíritos. O que em nada impede, e até aconselha, que ajude a ação governamental, inclusive no campo educacional. No particular das boas relações entre o espiritual e o temporal, podemos, assim, considerar o nosso país como extraordinário exemplo para o mundo moderno, tão cheio de lutas, restrições e mutilações. Mas, graças à maneira por que se formou, o Brasil permanece aberto aos evangelizadores que se disponham a seguir os ensinamentos de Anchieta, de quem se disse com justiça, que pela nossa pátria êle “deu a vida, o apostolado, a santidade”. (ANCHIETANA, 1965, p. 12-13).

Através desse discurso, percebemos a intenção do estabelecimento de uma espécie de parceria entre Igreja e Estado. Afinal, quem melhor do que a Igreja para reforçar a importância dos valores cristãos ameaçados pelo comunismo? Quem melhor que Anchieta como o modelo perfeito de cristão? A canonização, um dos propósitos da Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”, se concedida, reforçaria ainda mais as virtudes do “Apóstolo do Brasil”.

Apoiados por segmentos civis da sociedade brasileira, que fizeram da religiosidade e da família uma arma contra a “possível intervenção comunista no Brasil”, os militares não só reafirmaram seu compromisso de manter a fidelidade aos valores cristãos através da instituição dessa data comemorativa e alusiva à Anchieta, como revelaram uma notável apropriação do pensamento anchietano no que se refere aos fins da política e da religião.

Referências

- AMARAL, Álvaro do. *O Padre José de Anchieta e a fundação de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1971.
- ANCHIETANA. Comissão Nacional para as Comemorações do “Dia de Anchieta”. São Paulo: Gráfica Municipal/Divisão do Arquivo Histórico/Prefeitura do Município de São Paulo, 1965.
- FLEIUSS, Max (Org.). *Collecção de História Brasileira*. Porto Alegre: Editora Livraria do Globo, 1935.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *São Paulo parou ontem para defender o regime*. São Paulo, 20 mar. 1964. Disponível em: http://www.folha.uol.com.br/folha/almanaque/brasil_20mar1964.htm Acesso em: 17 abr. 2004.
- LEITE, S. J., Serafim. *Páginas de História do Brasil*. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife: Nacional, 1937.
- _____. *Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil (1553-1558)*. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Coimbra: São Paulo: Tipografia da Atlântida, 1957. t. II.
- SAINTE-FOY, Charles. *Vida do venerável Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. São Paulo: Jorge Seckler, 1878.
- SILVA, Manoel Vicente da. Sublimidade moral de Anchieta: exposição e analyse do processo da sua beatificação. *III Centenário do Venerável Joseph de Anchieta*. Paris: Aillaud, 1900.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e família: as mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VASCONCELOS, S. J., Simão de. *Vida do venerável Padre José de Anchieta*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- VIOTTI, S. J., Hélio Abranches. *Anchieta: o apóstolo do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1980.